Recensões

A participação das mulheres nas lutas pela resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Recensão de *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*, de Maria Cláudia Badan Ribeiro. São Paulo: Editora Alameda, 2018, 572 pp.

Cleonice Elias da Silva
Departamento de Humanidades
Universidade do Estado de Minas Gerais
Cleoelias28@gmail.com

Os estudos sobre a participação direta e indireta das mulheres nas organizações de resistência à ditadura civil-militar partem de relatos orais dessas mulheres. Essas obras, ao valorizarem os testemunhos delas, contribuíram e continuarão contribuindo para o processo de visibilidade das mulheres nas esferas pública e política. As *escritas de si* dessas militantes estão diretamente associadas aos desdobramentos políticos do país pós-golpe civil-militar de 1964.

Nós tivemos um contato mais próximo com alguns desses estudos no processo de realização de nossa pesquisa de doutorado sobre a filmografia da cineasta Lucia Murat, que foi militante do MR-8, referente ao período histórico mencionado. Com o mapeamento realizado, notamos a cristalização de um campo de discussão dentro e fora das universidades brasileiras sobre os papéis desempenhados pelas mulheres em diferentes organizações de esquerda durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Entre as obras dedicadas a essa questão, destaca-se o livro de Maria Cláudia Badan Ribeiro *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN* (Aliança Libertadora Nacional), publicado em 2018, que resulta de sua pesquisa de doutorado realizada no programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP). Partindo da constatação de que há um interesse significativo da academia pela militância de esquerda contra a ditadura civil-militar (Ribeiro 2018, 13), seu trabalho insere-se nessa seara de estudos que têm como enfoque a militância feminina.

A partir da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, os debates sobre as memórias do passado ditatorial passaram a ocupar novos espaços. Incluem-se,

também, as memórias de mulheres que participaram de organizações de esquerda. Vêm à tona narrativas de mulheres, as quais reconstroem sentidos e "resgatam experiências, realizam uma releitura do passado, reapropriando-se dele, enquanto histórias públicas e privadas" (Ribeiro 2018, 13).

Grosso modo, a sua pesquisa visou apresentar um mapa do território militante com um enfoque em ações políticas das mulheres, buscando mostrar aspectos que não estão evidentes nos relatos das sobreviventes, distanciando-se dos discursos que tendem a mistificar a luta armada no Brasil. Assumiu o objetivo de transformar as ações que as lutas das mulheres representam "em chaves de identificação histórica, lugar, direção" (Ribeiro 2018, 15). Maria Cláudia Badan Ribeiro enfatiza que o protagonismo dessas mulheres não é considerado pelas organizações de direitos humanos e pelos discursos oficiais de memória (Ribeiro 2018, 20).

A pesquisadora demonstra em seu trabalho como uma silenciosa rede de resistência foi se forjando nos anos dos governos dos militares, evidenciando como a ditadura civil-militar afetou diretamente a vida de muitas pessoas. A sua pesquisa contribui para o rompimento com o olhar dicotômico dos papéis entre homens e mulheres nas lutas de resistências e a compreensão de como as funções das mulheres nas organizações de esquerda não eram reconhecidas pela repressão. A invisibilidade às quais estiveram sujeitas engendraram os espaços de luta que construíram.

Uma crítica pertinente feita por Ribeiro é a de que alguns trabalhos sobre as esquerdas brasileiras são "resultantes mais de uma ciência engajada do que crítica" (Ribeiro 2018, 19). E ressalta como os testemunhos dessas mulheres estão inseridos nas disputas simbólicas do presente e como as vozes no processo revolucionário fazem parte de uma dinâmica plural. Para a compreensão do protagonismo das mulheres, é necessário um desprendimento dos discursos oficiais de memória, trazer à tona relatos que nos apresentam outras perspectivas para o entendimento dos eventos do passado.

A atuação das mulheres na ALN deve ser entendida a partir de sua relação com o trabalho de conscientização social ao evidenciar as histórias das mulheres que por muitos anos não foram consideradas nas narrativas oficiais. A participação feminina na luta armada é apresentada pela autora como parte das transformações que ocorreram na sociedade. A simbologia e o impacto da exclusão da esfera pública a que as mulheres estiveram sujeitas talvez justifique o fato de as militantes não reconhecerem a importância de suas ações.

A obra aqui considerada permite uma compreensão da militância de mulheres como um campo ao qual pertenceram mulheres de diferentes classes sociais: além das mulheres da classe média intelectualizada, a organização de mulheres em bairros populares caracterizou e marcou as dinâmicas da militância feminina.

Maria Cláudia Badan Ribeiro realizou entrevistas com 45 mulheres e demonstra o caráter político das ações cotidianas empreendidas por elas. As lutas políticas dessas mulheres reivindicavam, entre outras questões, a libertação dos costumes.

Afrontaram o modelo de sociedade autoritária e conservadora que representou o projeto político da ditadura civil-militar. Nessa conjuntura, as subjetividades que eram consideradas indesejadas eram punidas.

Uma das estratégias de resistência encontradas diante da repressão política foi a apropriação dos valores "correntes da ditadura e transformá-los em uma 'ação positiva'" (Ribeiro 2018, 57). As mulheres que tiveram uma trajetória na militância política durante os anos dos governos militares foram vítimas de punições específicas marcadas pelas questões de gênero. Ribeiro menciona que as mulheres menores de idade eram internadas em hospitais psiquiátricos, o que ocorria também com os meninos. As experiências dessas mulheres no que diz respeito às resistências podem ser lidas a partir de uma submissão ativa, a qual é descrita pelo psicanalista Bruno Bettelheim (1985), assim como por Marta Rovai (2013), que faz menção aos silêncios como uma forma de enfrentamento.

Um aspecto notado pela pesquisadora é o fato de as divisões das ações na ALN não serem marcadas pelos papéis de gênero, algo não muito recorrente nas organizações de esquerda, uma vez que os relatos de muitas das mulheres que participaram delas evidenciam como as relações dentro desses grupos reproduziam elementos das relações de poder desiguais operantes na sociedade de uma forma geral. A atuação política das mulheres na resistência à ditadura civil-militar nas décadas de 1960 e 1970 contribuiu para o engendramento de um novo momento do feminismo no Brasil. As subjetividades dessas mulheres foram atravessadas pela experiência na militância, assim como suas relações afetivas.

A pesquisa de Maria Cláudia Badan Ribeiro demonstra com a ALN, uma organização que tinha uma proposta inovadora, foi uma espécie de escola para as mulheres que dela fizeram parte. Ela também nos permite ter uma noção a respeito da forma como as militantes vivenciaram a prisão, um espaço que se tornou um lugar de luta e solidariedade. Nesse sentido, o documentário *A Torre das Donzelas*, dirigido pela cineasta Susanna Lira, de 2019, evidencia os laços também de afetividade construídos entre mulheres que estiveram presas no Presídio Tiradentes em São Paulo na década de 1970.

A autora também nos mostra que a conscientização dessas mulheres ocorreu de diferentes formas, incentivada por movimentos religiosos ou por "influências católicas e protestantes em colégios e internatos" (Ribeiro 2018, 506). As mulheres militantes também exerceram um papel na "propaganda" da luta armada, da mesma forma que nas "atividades de recolhimento de dinheiro e recursos para imprensa clandestina", uma vez que a cultura influenciou os "fatores de conscientização e ampliação da resistência" (Ribeiro 2018, 506).

As militantes da ALN vivenciaram uma experiência de libertação diante dos valores e costumes vigentes na sociedade da época. O processo da luta e da militância foi fundamental para a delimitação da concepção de luta armada da ALN, constituindo uma "razão fundamental da vida e lugar identitário do militante revolucionário" (Ribeiro 2018, 507). As mulheres escolheram diferentes formas de

oposição à ditadura civil-militar. Algumas optaram pela política e a educação e outras priorizaram uma atuação no mundo do trabalho.

As resistências e lutas contra a ditadura civil-militar também devem ser entendidas como experiências que possibilitaram a consolidação de laços sólidos de amizade, contando com a "colaboração espontânea de determinados segmentos da população" (Ribeiro 2018, 507).

Em seu estudo, Ribeiro considerou a resistência a partir da relação com a ideia de autonomia, não desconsiderando as ambiguidades que se fazem presentes na realidade e as questões atreladas à sobrevivência em um contexto social marcado pelo autoritarismo e a violência de Estado. Esta obra tem um papel de grande relevância no campo de discussões sobre a luta política no Brasil considerando-se as questões de gênero. Como bem reconhece a autora, a legitimidade da luta dessas militantes não está relacionada apenas ao grupo que pertenciam, mas a uma esfera coletiva social futura.

O trabalho de Maria Cláudia Badan Ribeiro e de demais pesquisadoras e pesquisadores interessadas/os em estudar o passado da ditadura brasileira cumprem um papel essencial em uma conjuntura política marcada pelos 60 anos do golpe civil-militar que instaurou um regime político autoritário que vigorou por 21 anos, perseguindo, torturando e assassinando opositoras e opositores. O fato de o governo federal ter optado por não se posicionar de uma forma crítica em relação aos governos dos militares, nem reforçar as denúncias de violações de direitos humanos nesse período, evidencia como as mobilizações por parte da sociedade civil são essenciais para que os traumas do passado de violência extrema sejam ressignificados no presente e catalisem as lutas em defesa do sistema democrático e do direito à memória e à verdade no Brasil.

Referências bibliográficas

Bettelheim, Bruno. 1985. *O coração informado: autonomia na era da massificação*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ribeiro, Maria Cláudia Badan. 2018. *Mulheres na luta armada: Protagonismo Feminino na ALN*. São Paulo: Editora Alameda.

Rovai, Marta. 2013. *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*. Salvador: Editora Pontocom.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:
Silva, Cleonice Elias da. 2024. "A participação das mulheres nas lutas pela resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Recensão de *Mulheres na luta armada*: *Protagonismo Feminino na ALN*, de Maria Cláudia Badan Ribeiro. São Paulo: Editora Alameda, 2018." *ex æquo* 50: 215-219. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.50.13

[Segundo a norma APA adaptada]:
Silva, Cleonice Elias da (2024). A participação das mulheres nas lutas pela resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Recensão de *Mulheres na luta armada*: *Protagonismo Feminino na ALN*, de Maria Cláudia Badan Ribeiro. São Paulo: Editora Alameda, 2018. *ex æquo*, 50, 215-219. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.50.13

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com